

SUFRAMA: questões e gabaritos da Esaf e FunRio

Elias Cruz

Toque de Mestre

www.editoraferreira.com.br

Durante os cursos ministrados na cidade de Manaus/AM, temos notado muita preocupação dos alunos de como esta matéria será cobrada em prova. Sendo assim, tomamos por base as questões da ESAF sobre o assunto, que é a que tem tradição sobre grande parte da Legislação pedida em provas de Concurso Público, principalmente o Regulamento Aduaneiro (Decreto nº 4.543, de 26/12/2002 e suas atualizações) e o Decreto do IPI (Decreto nº 4.544, de 26/12/2002). Ao analisarmos as questões propostas pela ESAF para os cargos de Auditor e Analista/TRF da RFB e ACE, podemos perceber que as questões têm uma tendência a literalidade, o que não será diferente em nosso concurso que está sendo realizado pela FUNRIO, sendo assim, também preparamos algumas questões desta Banca. Então, vamos ao que interessa!

I. ZONA FRANCA DE MANAUS (ZFM) E ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO (ALC)

1. (AFTN/ESAF/1998) O Brasil dispõe de áreas de livre comércio de importação e exportação e de regime fiscal especial em alguns municípios brasileiros, com o objetivo de desenvolver as respectivas regiões. Indique a(s) localidade(s) que não constitui(em) área de livre comércio.

- A) Tabatinga (AM)
- B) Guajará-Mirim (RR)
- C) Feijó (AC)
- D) Pacaraima (RR)
- E) Macapá e Santana (AP)

2. (TTN/ESAF/1997) As mercadorias estrangeiras importadas para a Zona Franca de Manaus, quando desta saírem para outros pontos do Território Nacional sem sofrerem quaisquer processos de industrialização, exceção feita à bagagem de passageiros e as destinadas a Amazônia Ocidental,

- A) não estão sujeitas a tributação tendo em vista que sua situação fiscal já foi regularizada quando de seu ingresso na referida Zona Franca
- B) estão sujeitas apenas ao pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS
- C) ficam sujeitas ao pagamento de todos os impostos exigíveis sobre importações do exterior
- D) ficam sujeitas apenas ao pagamento do Imposto de Importação, salvo quando se destinarem à Amazônia Ocidental, quando sairão com isenção do referido imposto
- E) não estão sujeitas ao controle administrativo das importações (licenciamento) sujeitando-se porém ao regime fiscal aplicável aos regimes aduaneiros especiais (suspensão dos tributos)

3. (AFTN/ESAF/1998) A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e de exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância a que se encontram os centros consumidores de seus produtos.

De acordo com o item descrito, marque a alternativa correta:

A) A Zona Franca de Manaus visa ao desenvolvimento industrial, comercial e agropecuário da Amazônia, sendo definida como área de livre comércio. É, portanto, regime aduaneiro especial.

B) A Zona Franca de Manaus visa ao desenvolvimento industrial, comercial e agropecuário da Amazônia, sendo definida como área de livre comércio. É, portanto, regime aduaneiro aplicado em áreas especiais.

C) A Zona Franca de Manaus visa ao desenvolvimento industrial, comercial e agropecuário da Amazônia, sendo definida como área de livre comércio. Por ser área de livre comércio não lhe corresponde qualquer regime aduaneiro especial ou aplicado em área especial.

D) A Zona Franca de Manaus visa ao desenvolvimento industrial, comercial e agropecuário da Amazônia, sendo definida como área de livre comércio. É, portanto, um regime aduaneiro comum.

4. (TTN/ESAF/1998) As Áreas de Livre Comércio criadas no Brasil têm cumulativamente as seguintes características :

A) regime fiscal especial, localizam-se em qualquer região do País, têm por finalidade a integração latino-americana

B) regime fiscal atípico, localizam-se de preferência em regiões adversas, atuam exclusivamente na exportação e têm por finalidade desenvolver a política de integração com os países do MERCOSUL

C) regime fiscal especial, assemelhado ao da Zona Franca de Manaus, operando exclusivamente na importação, criadas exclusivamente para promover a integração das regiões isoladas com o restante do território nacional, dentro da política de integração nacional

D) regime aduaneiro especial, são criadas para operar exclusivamente na importação e com finalidade de promover o desenvolvimento das regiões carentes para incrementar o comércio exterior brasileiro

E) regime fiscal especial, operam na importação e exportação, são criadas com a finalidade precípua de promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças e com o objetivo de incrementar as relações bilaterais com países vizinhos, segundo a política de integração latino- americana

II. CONVÊNIOS DO ICMS E RESOLUÇÃO 22 DO SENADO FEDERAL

5. (ESAF/TTN/98) No ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação):

A) as alíquotas mínimas nas operações internas devem ser fixadas, obrigatoriamente, pelo Senado Federal

B) cabe à lei complementar prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadoria

- C) as alíquotas mínimas nas operações internas são fixadas por lei complementar
- D) a isenção ou não-incidência não geram, em qualquer hipótese, direito a crédito
- E) as isenções são concedidas por lei complementar

6. (ESAF/AFTN/1994) Os convênios relativos ao ICMS, celebrados entre os Estados-membros da Federação brasileira e o Distrito Federal se prestam a:

- A) disciplinar o seu regime de compensação
- B) fixar a sua base de cálculo e suas alíquotas
- C) conceder e revogar suas isenções, incentivos e benefícios fiscais
- D) fixar, mediante deliberação da maioria dos Estados, as alíquotas aplicáveis às operações interestaduais e de exportação
- E) enumerar os casos de manutenção de crédito relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior de serviços e de mercadorias

7. (ESAF/ATE-MS/2001) Compete ao Senado Federal, mediante Resolução, aprovada pela maioria absoluta de seus membros:

- A) Fixar as alíquotas máxima e mínima dos impostos sobre a importação e a exportação.
- B) Estabelecer as alíquotas do ICMS, aplicáveis às operações e prestações interestaduais.
- C) Autorizar os Estados a darem caráter de não-cumulatividade ao imposto sobre transmissão causa mortis e doação de bens e direitos.
- D) Autorizar a União a estabelecer impostos extraordinários por motivo de guerra.
- E) fixar as alíquotas e a base de cálculo do imposto territorial rural.

III. ADUANA: ZONA PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA

8. (TTN/ESAF/97) – A área adjacente a ponto de fronteira alfandegado insere-se nos limites da zona

- A) secundária
- B) de vigilância aduaneira
- C) de processamento de exportações
- D) primária
- E) de livre comércio

9. (TTN/ESAF/97) – A zona primária aduaneira compreende:

A) a área terrestre ocupada pelos aeroportos alfandegados, incluindo o espaço aéreo correspondente, a área terrestre ocupada pelos portos alfandegados e a área contígua aos pontos de fronteira alfandegados

B) a área terrestre e aquática ocupada pelos portos alfandegados, as ilhas fluviais ou lacustres de domínio da União, a área interna dos aeroportos alfandegados e a faixa de fronteira demarcada pela União

C) a área terrestre ou aquática ocupada pelos portos alfandegados, a área descontínua ocupada pelas ilhas marítimas, fluviais ou lacustres, a área terrestre ocupada pelos aeroportos alfandegados e a área adjacente aos pontos de fronteira alfandegados

D) a área terrestre ou aquática contínua ou descontínua, ocupada pelos portos alfandegados, a área terrestre ocupada pelos aeroportos alfandegados e a área adjacente aos pontos de fronteira alfandegados

E) as faixas internas e externas ocupadas pelos portos e aeroportos alfandegados, terrestres ou aquáticas, os armazéns alfandegados situados na hinterlândia de portos e aeroportos e a área contígua aos pontos de fronteira alfandegados desde que situada na faixa de fronteira

10. (TRF/ESAF/02) – A jurisdição dos serviços aduaneiros, exercida atualmente, compreende:

A) os portos, os aeroportos e os pontos de fronteira.

B) a zona primária e a zona secundária.

C) a Zona Franca de Manaus, as Zonas de Processamento das Exportações e o restante do território nacional.

D) os enclaves e os exclaves aduaneiros.

E) os recintos alfandegados situados nas zonas de vigilância aduaneira.

IV. Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI

11. (ESAF/TRF/2003) Para ser caracterizado como tal, o estabelecimento industrial deve

A) estar estabelecido em local apropriado, ou seja, na área industrial do município.

B) exercer uma, ou mais, das operações a seguir: transformação, beneficiamento, montagem, acondicionamento ou recondicionamento e renovação ou restauração, e que destas operações resulte produto tributado, ainda que de alíquota zero.

C) revender produtos industrializados por terceiros, na condição de estabelecimento atacadista.

D) somente elaborar produtos com alíquota do IPI superior a 0% (zero por cento).

E) importar produtos industrializados diretamente do exterior e dê saída a tais produtos.

12. (ESAF/TTN/98) Considera-se ocorrido o fato gerador do IPI

- A) a saída de estabelecimento equiparado a industrial, de produtos tributados à alíquota zero
- B) a permanência, no estabelecimento vendedor, de produtos vendidos, dois dias depois da emissão da nota fiscal
- C) a terceira saída do estabelecimento industrial, a título de locação, de produto tributado, no mesmo estado em que foi devolvido ao estabelecimento locador
- D) na transferência de propriedade do produto do estabelecimento, permanecendo dito produto no mesmo local (no estabelecimento)
- E) a saída de produto tributado, por motivo de mudança do estabelecimento, previamente comunicada à Secretaria da Receita Federal

14. (ESAF/TRF/2002) A notação NT(não-tributado) aposta diante do código TIPI, constante da Tabela de Incidência do IPI, implica considerar-se que o produto está:

- A) imune.
- B) isento.
- C) sujeito a pauta de valores.
- D) fora do campo de incidência.
- E) sujeito à tributação pelo preço da operação.

15. (ESAF/TRB/2002) Considera-se ocorrido o fato gerador do IPI, entre outras hipóteses, na seguinte situação:

- A) na saída do estabelecimento filial de estabelecimento industrial ou equiparado a industrial, que opere exclusivamente no comércio varejista.
- B) no retorno de produtos ao estabelecimento industrial remetente, efetivado pelo comprador ou destinatário.
- C) nas saídas de estabelecimentos atacadistas, sem vínculo com os estabelecimentos industriais ou equiparados.
- D) nas saídas subseqüentes à primeira, nos casos de locação ou arrendamento.
- E) no momento da sua venda, quanto aos produtos objeto de operação de venda que forem consumidos ou utilizados dentro do estabelecimento industrial.

16. (ESAF/TRF/2002) A empresa Ypsolon Ltda. importou da Índia 2000 jaquetas de couro de boi e 5000 varetas de incenso, varetas essas que seriam para brinde aos seus compradores. Diante destas informações, responda qual a opção correta.

- A) Ocorre o fato gerador nas saídas das 2000 jaquetas e das 5000 varetas no desembaraço aduaneiro, e, na saída do estabelecimento importador, apenas nas saídas das 2000 jaquetas de couro.
- B) Ocorre apenas o fato gerador no desembaraço das jaquetas e das varetas.

- C) Ocorre o fato gerador, no desembaraço e na saída de seu estabelecimento comercial importador, tanto das jaquetas como das varetas.
- D) Produtos doados não estão sujeitos ao imposto.
- E) Não ocorre o fato gerador em nenhum dos casos acima apontados.

17. (ESAF/TRB/2003) O IPI, de acordo com a Constituição Federal, deve atender a dois princípios:

- A) não-cumulatividade e progressividade, em função de o produto ser considerado supérfluo.
- B) diferenciação de alíquotas, em função dos títulos dos capítulos e posição, e a não-cumulatividade.
- C) não-cumulatividade e superficialidade.
- D) seletividade, em função da essencialidade do produto, e a cumulatividade.
- E) seletividade, em função da essencialidade do produto, e a não-cumulatividade.

V. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO - II

18. (ESAF/TRF/2003) Não haverá incidência do Imposto de Importação nas seguintes situações, exceto:

- A) devolução de dois aparelhos de ultrasonografia nacionalizados, por motivo de defeito técnico e que retornaram ao País para substituição.
- B) retorno ao País de veículo de fabricação nacional, adquirido no mercado interno, por empresa nacional de engenharia e exportado para execução de obra contratada no exterior.
- C) retorno ao Brasil de peças de artesanato, sob a alegação de que não correspondia à amostra apresentada ao importador estrangeiro pelo representante da cooperativa de artesãos.
- D) retorno ao País de produtos nacionais, enviados em consignação e não vendidos, imediatamente após o término do prazo autorizado.
- E) redesignação ou devolução para o exterior de mercadoria estrangeira, corretamente descrita e cujo erro de expedição foi comprovado.

19. (ESAF/TRF/2002.2) Observe os quadros abaixo e relacione cada uma das alíneas do primeiro quadro com as do segundo.

Atente para a possibilidade de haver mais de uma vinculação possível, isto é, mais de uma alínea pode estar vinculada a um numeral.

- v) qualquer pessoa que promova a entrada de mercadoria estrangeira no território nacional;
- w) o adquirente ou cessionário de mercadoria importada beneficiada com isenção ou redução do imposto;
- x) o destinatário de remessa postal internacional;
- y) o adquirente de mercadoria de procedência estrangeira, no caso de importação realizada por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora;

z) o transportador que der causa a dano ou falta de mercadoria importada.

- 1 – Contribuinte
- 2 – Responsável
- 3 - Responsável solidário

A opção que contém as vinculações corretas é:

- A) v1 w3 x1 y3 z2
- B) v2 w2 x1 y2 z3
- C) v3 w3 x2 y3 z1
- D) v1 w2 x3 y2 z3
- E) v3 w3 x2 y1 z2

20. (ESAF/TRF/2002.1) A base de cálculo do Imposto de Importação é:

- A) em se tratando de alíquota específica, a quantidade de mercadoria expressa na unidade de medida indicada na Tarifa baixada pelo Ministro da Fazenda.
- B) em se tratando de alíquota ad-valorem, o preço pelo qual a mercadoria ou similar é normalmente oferecida a venda no mercado atacadista do país exportador, somado às despesas efetivamente pagas para sua colocação a bordo no porto de embarque para o Brasil, ao seguro e ao frete (CIF), deduzidos, quando for o caso, os impostos exigíveis para consumo interno e recuperáveis pela exportação.
- C) em se tratando de alíquota ad-valorem, o preço do produto adquirido numa venda internacional em condições de livre concorrência, e relativo ao custo da exportação acrescido das despesas incorridas para colocação no porto de embarque.
- D) em se tratando de alíquota ad-valorem, o preço do produto adquirido em licitação pública, deduzidos os impostos internos exigíveis no mercado interno e acrescido do frete e seguro internacionais.
- E) quando a alíquota for ad-valorem, o valor aduaneiro definido no Artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), no qual o Brasil é parte.

VI. QUESTÕES DA FUNRIO (Banca do concurso público para a SUFRAMA)

21. (FUNRIO/2007) Os Tributos, de acordo com a Constituição Federal, compreende as seguintes espécies:

- A) impostos, contribuição de melhoria e tarifas públicas
- B) impostos, contribuição de melhoria e preços públicos
- C) impostos, taxas e contribuição de melhoria

- D) impostos, taxas e preços públicos
- E) impostos, taxas e tarifas públicas

22. (FUNRIO/2007) A Constituição Federal determina que não incidem taxas em contraprestação aos serviços prestados:

- A) às instituições de educação sem fins lucrativos
- B) às instituições de assistência social sem fins lucrativos
- C) na expedição de alvarás de localização e funcionamento
- D) na expedição de certidão para defesa de direitos
- E) na expedição de segundas vias de documentos

23. (FUNRIO/2007) O exercício regular do poder de polícia autoriza ao Poder Público arrecadar taxa, desde que instituída por:

- A) legislação sobre posturas
- B) legislação sobre tarifas
- C) legislação sobre tributos
- D) lei sobre posturas
- E) lei sobre tributos

24. (FUNRIO/2007) Não se considera regular o poder de polícia administrativo o exercido:

- A) arbitrariamente quando a lei tenha o fato como discricionário
- B) com observância ao devido processo legal
- C) pelo órgão competente nos limites da lei aplicável
- D) sem cerceamento de defesa, mesmo com a ocorrência de flagrante
- E) sem abuso ou desvio de poder

25. (FUNRIO/2007) O tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte é a espécie:

- A) contribuição de melhoria
- B) contribuição social
- C) empréstimo compulsório
- D) imposto
- E) taxa

26. (FUNRIO/2007) A legislação tributária se aplica imediatamente aos fatos geradores futuros:

- A) sem considerar os fatos pendentes
- B) e aos fatos pendentes nos casos descritos em lei
- C) e fatos passados quando não inscritos em dívida ativa
- D) e aos fatos passados que vierem a beneficiar o contribuinte
- E) e aos fatos passados que disponham sobre obrigação tributária acessória

27. (FUNRIO/2007) As taxas em razão do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição:

- A) estão inclusas nos casos de imunidade tributária
- B) para atualização de sua base de cálculo estarão sempre sujeitas aos princípios da legalidade, anterioridade e noventena
- C) para cobrança exigem uma atividade estatal em contrapartida
- D) para cobrança não guardam relação com o custo dos serviços prestados
- E) podem ter sua base de cálculo igual a dos impostos

28. (FUNRIO/2007) De acordo com a definição de tributos, são suas características:

- A) serem instituídos pela Constituição Federal, compulsório e vinculados
- B) serem instituídos pela Constituição Federal, prestação pecuniária e vinculados
- C) serem instituídos por lei, compulsório e vinculados
- D) serem instituídos por lei, compulsório e não vinculados
- E) serem instituídos por lei, prestação pecuniária e compulsórios

29. (FUNRIO/2007-ADAPTADA) A Lei 9960, de 28 de janeiro de 2000, Institui a Taxa de Serviços Administrativos - TSA, em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, estabelece preços a serem cobrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, cria a Taxa de Fiscalização Ambiental - TFA, e dá outras providências. Quanto a referida Lei:

- A) É inconstitucional porque só o município de Manaus é quem pode instituir tal tributo.
- B) É inconstitucional porque como ela é um tributo vinculado e a taxa não pode ser vinculada.
- C) A TSA, tendo como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição pela Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa.
- D) Segundo o STF, em nenhuma hipótese a sua arrecadação pode ser delegada a uma pessoa jurídica de direito.
- E) n.r.a.

30. (FUNRIO/2007-ADAPTADA) Segundo a Lei 9960/00, os recursos provenientes da arrecadação da TSA serão creditados diretamente à Suframa, na forma definida pelo Poder Executivo e determina que os recursos provenientes da TSA serão destinados exclusivamente ao custeio e às atividades-fins da Suframa, obedecidas as prioridades por ela estabelecidas.

Em relação ao enunciado, marque a opção ERRADA:

- A) a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e as respectivas autarquias e fundações públicas são isentas do pagamento da TSA.
- B) os produtos importados destinados à venda no comércio do Município de Manaus e áreas de livre comércio são isentos do pagamento da TSA.
- C) O não-recolhimento da TSA, nas condições fixadas, sujeitará o contribuinte a juros de mora e multa de mora
- D) Esta Lei além de instituir a TSA, também criou a Taxa de Fiscalização Ambiental – TFA.
- E) O enunciado está incorreto, a taxa não pode ser vinculada a despesa, fundo ou órgão.

G A B A R I T O				
1) C	2) C	3) B	4) E	5) B
6) C	7) B	8) D	9) D	10) B
11) B	12) A	13) A	14) D	15) E
16) C	17) E	18) B	19) A	20) E
21) C	22) D	23) E	24) A	25) D
26) B	27) C	28) E	29) C	30) E
E-MAIL: eliascsilva1@yahoo.com.br				

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

- Provas e Gabaritos da Esaf e da FunRio.